

ATELLI GULLITI ALESI DA ROCHA

**DA FALA PARA A ESCRITA:
ASPECTOS DA ORALIDADE EM TEXTOS JORNALÍSTICOS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Me. Mary Stela Surdi

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 11/12/2014.


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Me. Mary Stela Surdi – UFFS



Prof.^a Dr.^a Cláudia Andrea Rost Snichelotto – UFFS



Prof.^a Me. Marcia Ione Surdi – Unochapecó

Da fala para a escrita: aspectos da oralidade em textos jornalísticos¹

Atelli Gulliti Alesi da Rocha²

atelli@outlook.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo demonstrar como a fala influencia a forma de as pessoas escreverem sua língua. Para isso, escolhemos, como *corpus* de investigação, o primeiro caderno dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*, correspondentes aos cinco primeiros dias do mês de setembro de 2014, para poder verificar que fenômenos sintáticos do vernáculo geral brasileiro, pontuados por Bagno (2007), aparecem com maior frequência nesses textos. Para fomentar as discussões, recorremos em diversos momentos à gramática normativa de Rocha Lima (2011) e fizemos uso dos manuais de redação dos respectivos jornais, para verificar se a ocorrência desses fenômenos nestes jornais são aceitáveis (ou não) pela **norma-padrão** da língua. Nas nossas análises, constatamos que uma das regras normativas menos obedecida por esses dois veículos é o da colocação pronominal. Assim, conseguimos identificar inúmeros casos de próclises não normativas que vão de encontro aos preceitos da norma-padrão e dos Manuais de Redação dos respectivos jornais. Ao final deste artigo, esperamos ter conseguido mostrar que a escrita é heterogênea e, assim como a fala, também apresenta variação, sendo influenciada por esta última.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade; Textos jornalísticos; Variação linguística.

1 Primeiras palavras

*“A linguagem constitui o arame farpado mais poderoso
para bloquear o acesso ao poder”*

Maurizio Gnerre

Analisar textos jornalísticos para mostrar como a língua está mudando não é algo novo. No Brasil, diversos pesquisadores³ fazem uso dessa metodologia de trabalho para provar que as línguas não são homogêneas, que apresentam variações e que, inevitavelmente, mudarão. Mas por que os textos jornalísticos?

Simplesmente porque, atualmente, são eles os mais representativos da chamada “língua certa” defendida pelas gramáticas normativas no passado (e no presente também). Como a literatura não possui mais uma influência significativa na forma de as pessoas

¹ Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II, orientado pela Profa. Ma. Mary Stela Surdi.

² Acadêmico da 9ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó.

³ Cf. Bagno (2003), Possenti (2000) e Scherre (2005).

escreverem, foram os textos da esfera jornalística que assumiram o papel de “defensores da língua ideal”.

Dessa forma, a mídia, sobretudo os grandes veículos do jornalismo impresso e televisivo, acaba corroborando diariamente para a disseminação do preconceito e condenando os usos mais inovadores da língua, principalmente os falares regionais e as mudanças que dizem respeito à língua escrita.

Um dos preconceitos difundidos nesses meios de comunicação diz respeito às variações fonéticas e sintáticas da língua. Em 2011, por exemplo, o livro didático *Por uma vida melhor*, de Heloisa Ramos, distribuído pelo MEC para cerca de 4 mil escolas públicas do país para Educação de Jovens e Adultos polemizou ao trazer registros de uma variedade linguística do português que permite construções como “nós vai pegar o peixe” e “os livro”. Na época, a grande mídia condenou a distribuição do livro, mesmo com o parecer favorável de muitos gramáticos e especialistas no assunto⁴.

Por que, então, ocorre a discriminação e a exclusão das pessoas que falam outra modalidade de língua? Segundo Bagno (2003), a discriminação não tem nenhuma relação com a forma linguística da palavra e/ou da sentença pronunciada ou escrita, mas diz respeito ao sujeito, ao indivíduo que faz uso daquela forma linguística em determinado contexto.

O autor explica que, no fundo, o preconceito linguístico (terminologia que ele próprio cunhou no Brasil)⁵ pode ser considerado “um profundo e entranhado preconceito social” (BAGNO, 2003, p. 16), já que

O conhecimento pleno e eficaz do ‘bom português’, o domínio das regras padronizadas não vai garantir que um indivíduo deixe de ser discriminado por outros critérios de avaliação, que compõem uma ‘gramática normativa não escrita’, como sugere Gnerre: a cor da pele, o sexo ou a orientação sexual (assumida ou presumida), o modo de se vestir, a compleição física, a procedência geográfica (explicitada ou suposta), a zona de residência, a opção religiosa, [...] os sinais exteriores de filiação do falante a conjuntos de atitudes não convencionais (e, portanto, não ‘cultos’: muitos brincos na orelha, barba comprida, *piercings*, tatuagens, cabeça raspada, cabeça e/ou unhas pintadas de cores ‘extravagante’ etc.), o ter ou não ter automóvel (e a marca do automóvel), entre tantas outras coisas [...] (BAGNO, 2003, p. 193)

Mesmo que a ciência não se volte para as diferenças e fenômenos de mudança linguística com um olhar de preconceito – já que não são exclusividade do português brasileiro, mas inerentes a todas as línguas naturais do mundo –, o senso comum, influenciado

⁴ Cf. veja.abril.com.br/noticia/educacao/as-licoas-do-livro-que-desensina

⁵ Cf. Bagno (1999).

sobretudo pelos meios de comunicação de massa, não abre mão de disseminar inverdades e propagar preconceitos sobre a língua nossa de cada dia.

Assim, surge uma série de mitos que deixam bastante clara a forma que os brasileiros veem a sua própria língua. Bagno (1999) pontuou e esclareceu algumas dessas polêmicas, como o fato de “brasileiro não saber português”, “português ser uma língua muito difícil”, “as pessoas sem instrução falar tudo errado” e “o certo é falar como se escreve”.

É claro que sabemos que todas essas afirmações não passam de mito. No entanto, é inegável o fato de o último mito apresentado ser o desencadeador de todos os outros. Se pararmos para pensar, por que as pessoas dizem que não sabem português? Ou, por que as pessoas acham o português uma língua difícil? Ora, todas essas perguntas, resumidamente, apresentam uma única resposta: por causa da língua escrita.

A escrita é, sem sombra de dúvidas, a parte mais conservadora da língua, embora a fala, sobretudo da elite escolarizada, também resguarde traços de conservadorismo, como a colocação do pronome oblíquo átono após o verbo principal, em contextos de elevado monitoramento estilístico. Assim, para verificar o quanto uma língua já mudou, ou, o quanto a fala já influenciou a forma de as pessoas escreverem essa língua, basta recorrer aos textos escritos mais monitorados, como os jornais impressos de grandes centros urbanos, ou seja, àqueles com maior cuidado estilístico e com maior observância às regras gramaticais vigentes.

Dessa forma, para resolver o problema do preconceito linguístico que, como já afirmamos anteriormente, é muito mais um preconceito social, não basta afirmar que existe diferença. É preciso explicá-la e mostrar que ela existe não somente na fala e na escrita de pessoas com baixo grau de escolaridade, mas que se faz presente, mesmo de forma reduzida, também na fala e na escrita de pessoas que passaram muito tempo na escola.

Neste artigo, queremos mostrar que a escrita é heterogênea e, assim como a fala, também apresenta variação, sendo influenciada por esta última. Para isso, tomamos como objeto de análise o primeiro caderno de cinco edições do jornal *A Folha de S. Paulo*, doravante *Folha*, e o primeiro caderno de outras cinco edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, doravante *Estadão*, correspondentes aos cinco primeiros dias do mês de setembro de 2014.

Escolhemos esses dois veículos por serem, segundo Possenti (2000, p. 28), jornais conservadores, “não só na política, mas também, talvez principalmente, na linguagem” e, por isso, mais receosos às inovações linguísticas e à interferência da fala na escrita. Ambos os jornais também têm uma história bastante marcante na sociedade brasileira: estão entre os

cinco jornais com maior circulação nacional, segundo o Índice de Verificação de Circulação (IVC)⁶, e têm influência na formação de opinião, já que são referência não apenas no Brasil, mas internacionalmente.

2 Fundamentação teórica

Nesta seção, vamos tecer algumas considerações importantes sobre os conceitos de variação linguística, norma-padrão, norma culta, erro linguístico, gêneros textuais e graus de monitoramento, que fundamentarão nossas análises mais à frente.

2.1 Um pouco de história

Em 1916, com a publicação do livro *Curso de Lingüística Geral*, Ferdinand de Saussure construiu os alicerces para que se criasse o que conhecemos hoje por linguística moderna, definindo o seu objeto de estudo: a língua. Para ele, a língua seria um sistema abstrato e homogêneo de palavras (os signos linguísticos) formadas por duas unidades indissociáveis entre si (o significado e o significante) e deveria ser estudada, preferencialmente, em sua sincronia.

Durante muito tempo, os estudos estruturalistas, que viam a língua a partir dessa perspectiva, refletiram na maneira de se pensar e ensinar a língua nas escolas, realidade que persiste até hoje. Dessa forma, ganharam importância, na década de 1960/70, os estudos da palavra e da frase descontextualizadas e passou-se a refletir sobre os aspectos morfológicos da língua.

No entanto, muitos estudiosos logo perceberam que encarar a língua como um sistema abstrato e homogêneo acabava deixando de fora muitos elementos importantes para a compreensão do processo comunicativo e que dizem respeito ao aqui/agora da comunicação, ou seja, a fala.

Labov (2008 [1976]) foi um desses pesquisadores que abriu mão de tentar descrever um sistema abstrato e ideal de língua, para analisar a língua nossa de cada dia. Para isso, ele usou gravadores e, em uma de suas pesquisas, constatou o que muitos já sabiam – mas até então não conseguiam provar ou se negavam a revelar –, que a língua é heterogênea e que

⁶ Segundo notícia divulgada no Portal IG, em 2010 *A Folha de S. Paulo* foi o 2º jornal mais lido no Brasil, com uma tiragem diária de 294.498 exemplares, e o jornal *O Estado de S. Paulo* apareceu na 5ª posição, com uma tiragem diária de 236.369 exemplares.

estudar a língua por si mesma é ignorar que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (CALVET, 2002, p. 12).

Segundo Bagno (2007), “o objetivo central da Sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a **heterogeneidade linguística** com a **heterogeneidade social**” (p. 38, grifos do autor). Para ele, um olhar mais atento para a realidade brasileira, por exemplo, permite enxergar a nossa sociedade como uma das mais diversificadas do mundo e, por isso, torna-se impossível pensar em uma língua homogênea.

Contudo, sabemos que essa realidade heterogênea das línguas não é vista com bons olhos pelos grupos sociais que defendem a existência de uma suposta *língua padrão*, que precisa ser dominada e apreendida nas escolas por todos aqueles que almejam *ser alguém na vida*.

Os defensores da chamada *língua certa*, costumam ter uma ideia de língua muito influenciada por aquilo que a escola e a tradição literária e gramatical brasileira postulam como língua. Para Bagno (2007, p. 98),

A norma-padrão não faz parte da língua, isto é, não é uma das variedades linguísticas empiricamente observáveis no uso dos falantes em comunidade. Ela é um construto sociocultural, uma **norma** no sentido mais **jurídico** do termo, uma espécie de ‘lei linguística’ que prevê a condenação e a punição dos infratores. Por isso, não é correto usar os termos ‘língua padrão’, ‘variedade padrão’, ‘dialeto padrão’, porque não existe língua, variedade e dialeto sem falantes reais, e ninguém fala a norma-padrão. (grifos do autor).

Dessa forma, percebemos o primeiro equívoco dos gramáticos e professores de nossas escolas: acreditar que existe uma língua padrão. Bagno (2007) explica que existe uma *norma-padrão*, mas que não é seguida na escrita tampouco na fala. Essa norma corresponde a um padrão ideal e imaginário de língua que *deveria* ser seguido pelos falantes e escritores, mas que, na prática, não é obedecido nem por aqueles que tanto a defendem.

Rocha Lima (2011), em sua célebre *Gramática normativa da língua portuguesa*, assim descreve a finalidade de uma gramática normativa:

É uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em **determinada época**, representam o **ideal da expressão correta**. [...] Fundamentam-se as regras da gramática normativa nas obras dos **grandes escritores**, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu **ideal de perfeição**, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou. (ROCHA LIMA, 2011, p. 38, grifos nossos)

Nessa curta definição, percebemos que a norma-padrão, que se faz presente em todas as gramáticas normativas, não passa de um construto social, um “ideal de perfeição” linguística, como explica o autor, que nada tem de real, já que se baseia nos usos linguísticos de determinado grupo social (“os grandes escritores”). Além disso, esse “ideal de expressão correta” é característico de “determinada época”, ou seja, são corretos os usos da língua portuguesa do passado e não do presente. Por isso, não é exagero afirmar que as gramáticas normativas, de modo geral, estão desatualizadas e prestam um desserviço à população, ao apresentarem regras ultrapassadas que em nada – ou muito pouco – contribuem para a aprendizagem da língua.

Mas, se ninguém segue a norma-padrão, por que alguns usos linguísticos são mais prestigiados e outros sofrem estigma? A resposta não está na língua, mas sim no falante, como já mencionamos anteriormente.

Independente da forma linguística utilizada, um homossexual sempre será discriminado. Mesmo que “fale corretamente”, um negro nunca terá as mesmas oportunidades de emprego que um “concorrente branco”. Ainda que tenha doutorado em Letras Clássicas, uma pessoa com muitos *piercings* na orelha e tatuagens no corpo não poderá circular num terminal de ônibus sem ser motivo de chacota.

O que está em jogo nesta realidade é entender que o prestígio (ou não) atribuído às formas linguísticas “não tem a ver com as características propriamente linguísticas do fenômeno, mas sim com **avaliações sociais lançadas sobre os falantes**, isto é, sobre os seres humanos que empregam essa ou aquela forma linguística” (BAGNO, 2007, p. 76, grifos do autor). Assim, aquilo que, para um sociolinguista, é variação, para as pessoas em geral corresponde a erro, sinal de ignorância de uma pessoa que não sabe português.

Para exemplificar essas questões, Bagno (2007) faz referência a diversas pesquisas que têm comprovado que quando ocorre, tanto na escrita quanto na fala, a inversão da ordem sujeito-verbo não ocorre a concordância de número entre o verbo e o sujeito posposto (como nos seguintes exemplos: Chegou os livros. / Acabou as festas). Para o autor, esse tipo de fenômeno vai contra a norma-padrão, mas não é avaliado de forma negativa – mesmo quando aparece em textos de elevado nível de monitoramento estilístico.

Diante do que foi exposto até aqui, lançamos mão de uma pergunta, que não é nossa, mas nos motivou a realizar esta pesquisa: *podem existir erros mais errados que outros?*⁷ A

⁷ Quando li essa pergunta pela primeira vez no livro *Nada na língua é por acaso* de autoria do sociolinguista Marcos Bagno, nunca antes tinha me passado pela cabeça que muita coisa daquilo que a gente hoje chama de *certo* (linguisticamente falando) já foi considerado erro no passado, e muita coisa daquilo que hoje chamamos de

resposta é sim. O erro, historicamente, sempre esteve relacionado à fala das pessoas sem instrução, de classes sociais baixas, moradores da zona rural, etc. Falantes com alto grau de letramento, de classes sociais elevadas e com acesso à escrita e aos bens culturais nunca tiveram sua fala avaliada negativamente, mesmo que desrespeitassem várias regras da norma-padrão que tanto defendem, como a não colocação do pronome antes do verbo em início de frase, a concordância do verbo com o sujeito posposto, a não utilização do pronome ele como objeto direto, dentre várias outras.

Este fato nos leva a crer que exista uma outra norma, que não a padrão, que, mesmo não reconhecida, é seguida pelos falantes das classes sociais privilegiadas na hora de elaborar seus textos escritos. Essa *norma oculta*⁸ permite que alguns “erros” sejam mais bem aceitos (ou, pelo menos, passem despercebidos), e outros simplesmente não apareçam. Neste artigo, queremos revelar quais são esses “erros”.

2.2 Fala *versus* escrita

Desde muitos milênios antes de Cristo, os gregos já se preocupavam em comparar a fala mais espontânea e menos monitorada à escrita mais rebuscada dos textos literários. Assim, com o passar do tempo, foi se criando, no imaginário das pessoas, uma falsa ideia de que existe uma rígida separação entre a fala e a escrita. Enquanto a primeira é feia, caótica e destituída de regras, esta última é vista como a única forma correta de se utilizar a língua e, portanto, deve ser imitada.

É claro que essa separação rígida entre fala e escrita apresenta sérios problemas. Um dos mais graves é a ilusão de que se devem evitar as “marcas da oralidade” em textos escritos e “se deve falar sempre como se escreve”. Para Castro (1999, p. 66),

Dizer que se deve pronunciar determinada palavra de um jeito porque ‘é assim que se escreve’ é subverter totalmente as normas da língua. Ou seja, é tentar dar normas à fala através da escrita, quando precisamente o contrário é que ocorre, deve ocorrer e tem de ocorrer: a fala é que tem de dar normas à escrita. Por um motivo muito simples: a fala é que vem primeiro. Séculos e séculos depois, ou milênios depois é que surge a escrita, que não é mais do que transcrição da velha fala para um código gráfico convencional.

erro poderá ser os acertos do futuro. O erro é, portanto, uma construção socio-histórica, que nada tem de científico, e sempre se faz presente na fala do outro: para as gramáticas normativas, o erro está presente na fala daqueles que não têm acesso aos bens culturais da classe letrada.

⁸ Cf. Bagno (2003).

Segundo Bagno (2007), estudos recentes de pesquisadores como Luiz Antonio Marcuschi vêm tentando mudar essa realidade. Marcuschi, em seu livro *Da fala para a escrita: atividades de retextualização* (2010), propõe que nas relações de análise fala-escrita seja levado em conta o conceito de gênero textual.

Para esse autor, ao tomar a palavra, o sujeito vincula o seu texto a um determinado gênero que circula socialmente e que, por sua vez, apresenta um determinado grau de monitoramento estilístico, podendo variar do nível mais informal ao mais formal da língua. Assim, não faz sentido dizer que a fala é sempre informal e a escrita formal. O que existem são graus de monitoramento diferentes, que variam conforme o gênero e a situação comunicativa.

Além disso, como nessa escala os gêneros são dispostos em graus de monitoramento, podemos afirmar que a mudança linguística sempre tem início nos gêneros falados mais espontâneos e, quando “passam a aparecer com muita frequência **nos gêneros escritos mais monitorados**, é porque a mudança linguística já se completou, e muito dificilmente a antiga regra normativa voltará a vigorar” (BAGNO, 2007, p. 185, grifos do autor).

Dessa forma, podemos finalizar essa seção afirmando que as regras normativas mais tradicionais, que não aparecem na fala e tampouco nos textos escritos menos monitorados, subsistem na escrita de gêneros com elevado grau de monitoramento estilístico, que gozam de elevado prestígio social. No entanto, mais cedo ou mais tarde, as formas inovadoras da língua acabarão sendo incorporadas também a esses textos escritos e não serão mais taxadas de erro.

3 Sobre os objetos e a metodologia

Para a realização desta pesquisa, tomamos como objeto de análise o primeiro caderno de cinco edições do jornal *A Folha de S. Paulo*, doravante *Folha*, e o primeiro caderno de outras cinco edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, doravante *Estadão*, correspondentes aos cinco primeiros dias do mês de setembro de 2014.

De posse desses materiais, buscamos identificar quais aspectos sintáticos do vernáculo geral brasileiro, pontuados por Bagno (2007, p. 146), aparecem com maior frequência nesses textos. Para fomentar as discussões, recorreremos em diversos momentos à gramática normativa de Rocha Lima (2011) e fizemos uso dos manuais de redação dos respectivos jornais, para verificar se a ocorrência desses fenômenos nestes jornais são aceitáveis (ou não) pela **norma-padrão** da língua.

Considerados os limites de tempo e espaço deste trabalho, realizamos um recorte de dez fenômenos sintáticos para serem analisados⁹, entretanto, conseguimos observar a ocorrência de apenas dois, são eles:

(1) colocação pronominal única: próclise ao verbo principal;

Ex.: *Me* empresta a caneta; você poderia *me* ajudar?

(2) contração da preposição *de* com o artigo definido que introduz sujeito de infinitivo ou com o pronome pessoal *ele(s)*, *ela(s)*;

Ex.: O fato *dele* ser criança não justifica sua atitude.

4 Se iniciam as análises: a próclise ao verbo principal

Não é de hoje que os textos escritos mais monitorados, como os jornalísticos, vêm abandonando as regras mais tradicionais de colocação pronominal prescritas pelas mais renomadas gramáticas normativas do passado (e do presente também) e adotando regras mais simplificadas de pronominalização que criam aquilo que Marcuschi (2010) chama de *continuum*, que aproxima a fala menos monitorada cada vez mais da escrita mais rebuscada.

Na leitura que realizamos dos cadernos, percebemos que o número de ocorrências de ênclise (que é a colocação do pronome depois do verbo) ainda supera o número de ocorrências de próclise (que é a colocação do pronome à frente do verbo) na escrita mais monitorada. Porém, o número de casos de próclises não normativas, isto é, de próclises não autorizadas pelas gramáticas tradicionais e pelos manuais de redação do jornalismo impresso é bastante frequente e aparece em todos os gêneros observados, desde a notícia até o editorial.

Uma das regras mais tradicionais de colocação pronominal, que aparece estampada na maioria das gramáticas normativas, em todos os manuais paragramaticais e também figura nos manuais de redação da *Folha* e do *Estadão*, é a que diz respeito a não iniciar uma frase com pronome oblíquo átono ou não utilizar esse pronome após uma pausa como a vírgula.

⁹ Os fenômenos sintáticos que, inicialmente, nos propusemos a analisar foram os seguintes: emprego do pronome *ele* como objeto direto; análise do pronome *se* como sujeito indeterminado nas orações tradicionalmente classificadas de “passivas sintéticas”; uso do pronome *se* como sujeito indeterminado de verbos no infinitivo, sobretudo quando antecedido de preposição; não concordância do verbo com o sujeito posposto; desaparecimento do pronome relativo *cujo*, substituído por outras construções com o pronome relativo *que*; múltiplos casos de regência não previstos pela norma-padrão; colocação pronominal única: próclise ao verbo principal; emprego do possessivo *seu* (e flexões) em correlação exclusiva com *você* e nunca com *ele* (para os quais o possessivo é *dele*); contração da preposição *de* com o artigo definido que introduz sujeito de infinitivo ou com o pronome pessoal *ele(s)*, *ela(s)*; uso do pronome reto depois da preposição *entre*.

Nos cadernos analisados, contudo, conseguimos identificar diversos momentos em que essa norma não é obedecida:

*Dilma é nossa Alice, no país das Maravilhas. **Se recusa** a reconhecer os erros do presente, abusa da mentira nas estatísticas e inviabiliza um debate sobre o futuro. (FOLHA, 1º de setembro, A2)*

***Te considero** muito. (FOLHA, 1º de setembro, A4)*

*Vence quem, naquele momento, **se mostra** mais eloquente [...]. (FOLHA, 2 de setembro, A2)*

*Mas, a essa altura, **me parece** uma temeridade colocar mais dinheiro nas universidades estaduais [...]. (FOLHA, 5 de setembro, A2)*

*Os primeiros a usá-la, os americanos Kent Brantly e Nancy Writebol, **se curaram** e foram liberados após vinte dias de internação [...]. (FOLHA, 5 de setembro, A15)*

*Na manhã seguinte, **se aproximou** de um grupo distante de casas, e uma família sunita o acolheu e ofereceu a ele sua primeira refeição decente em dias: ovos e iogurte. (FOLHA, 5 de setembro, A16)*

Segundo o *Manual da redação da Folha de S. Paulo* (2011) e o *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo* (1997), essas construções não estão corretas, já que a próclise só deve ocorrer quando houver *palavras atrativas* na sentença, como as partículas de negação, os pronomes relativos e indefinidos, os advérbios e as conjunções – o que não foi o caso de nenhuma das ocorrências anteriores.

O manual de redação do *Estadão* segue afirmando que a *regra geral* de colocação pronominal no Brasil ainda é a *ênclise*, mesmo que a norma vá de encontro às características do português brasileiro: “a norma da língua é a colocação do pronome átono (me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as) **depois** do verbo”, “[...] embora o português do Brasil tenha a tendência oposta” (MARTINS, 1997, p. 67-68, grifos do autor).

Já o manual de redação da *Folha* assumiu uma característica menos impositiva em sua nova edição, ao afirmar que “há diferenças entre o padrão português e o brasileiro” e que “com exceção de um ou outro caso, a tendência da Folha é adotar a colocação pronominal brasileira.” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, p. 127).

Por meio dessas considerações, podemos identificar o caráter purista do manual de redação do *Estadão* que, embora reconheça as tendências do português brasileiro quanto ao emprego da próclise, insiste em defender a integridade do idioma por meio da apresentação de

regras antigas e pouco usuais de colocação pronominal, que carecem de explicação linguística adequada¹⁰.

Dando sequência às nossas análises, apresentaremos outras ocorrências de próclise que identificamos nos jornais *A Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e vamos confrontá-los com as regras de colocação pronominal prescritas pela gramática normativa de Rocha Lima (2011), que consta nas referências bibliográficas do manual do *Estadão* e que, portanto, serviu de inspiração para elaboração das normas presentes nesse material.

De acordo com Rocha Lima (2011, p. 543), um dos casos em que não é adequado empregar a próclise, além daquele que já mencionamos, é “quando o sujeito – substantivo ou pronome (que não seja de significação negativa) – vier imediatamente antes do verbo” como nos exemplos que reproduzimos a seguir:

O combate demorou-se.
Deus chamou-o para si.
Desde então, *ele* afastou-se da nossa casa.
Os *dois* amavam-se desde a infância?
(ROCHA LIMA, 2011, p. 544, grifos do autor)

Contudo, no *Estadão* vemos, mais uma vez, a interferência da fala na escrita, e a presença de regras não normativas¹¹ que gozam de bastante prestígio nesse veículo, dado o número de ocorrências, apenas no *Primeiro caderno* do dia 1º de setembro de 2014:

*Só aumentando mais que os índices de inflação essa despesa **se mantém** mais ou menos constante como porcentagem do PIB. (ESTADÃO, 1º de setembro, A3)*

*As críticas ao que seria uma excessiva dependência da candidata em relação a grupos mais conservadores **se intensificaram** [...]. (ESTADÃO, 1º de setembro, A4)*

*Para comprovar a fraude, agentes **se infiltraram** em reuniões e constataram que os encontros eram presididos pela chefe de gabinete do vereador [...]. (ESTADÃO, 1º de setembro, A9)*

*No fim de semana, a cúpula da União Europeia **se reuniu** em Bruxelas e decidiu fazer uma nova lista de áreas que serão afetadas pelo embargo. (ESTADÃO, 1º de setembro, A10)*

*Os outros 40 soldados **se aproveitaram** da escuridão da noite para alcançar o local onde as forças da ONU estavam e foram levados para um local seguro. (ESTADÃO, 1º de setembro, A12)*

¹⁰ Cf. Bagno (2011, p. 760).

¹¹ Segundo o manual do *Estadão*, caso o sujeito da oração seja um pronome, é facultativo o emprego da ênclise. (MARTINS, 1997, p. 69). No entanto, em todos os exemplos apresentados, o sujeito é um nome e, por isso, a colocação do pronome em próclise ao verbo principal estaria inadequada para esse veículo. O manual da *Folha* nada menciona sobre esse assunto, por isso utilizamos exemplos apenas desse veículo.

*Entre outras revelações preliminares do estudo: enquanto 80% dos homens latino-americanos fazem parte da força de trabalho, somente 50% das mulheres da região se **enquadram** no mesmo grupo [...]. (ESTADÃO, 1º de setembro, A12)*

Outro caso em que a ênclise é obrigatória, segundo Rocha Lima (2011, p. 546-547), é com as formas verbais no infinitivo e no gerúndio. Para o autor, “é, contudo, *facultativa* a colocação do pronome, quando o infinitivo, na forma *não flexionada*, estiver precedido de *preposição*, ou *palavra negativa*”. E, no caso do gerúndio, não haverá ênclise caso o verbo venha precedido da preposição *em* ou de algum advérbio que o modifique sem pausa. Em nossas análises do *Primeiro caderno* do *Estadão*, encontramos os seguintes exemplos que violam essas regras normativas:

*A fortaleza do jornal não é dar notícia, é **se adiantar** e investir em análise, interpretação e **se valer** de sua credibilidade. (ESTADÃO, 1º de setembro, A2).*

*Seis anos antes de ser relançada à corrida pelo Palácio do Planalto e **se tornar** a maior ameaça à reeleição de Dilma Rousseff (PT), a então ministra do Meio Ambiente Marina Silva foi elogiada pelo então presidente [...]. (ESTADÃO, 1º de setembro, A4).*

*Faz parte do trabalho de Marina como palestrante **se reunir** com grupos pequenos de executivos do sistema financeiro e ser remunerada por isso. (ESTADÃO, 1º de setembro, A6).*

*Ele afirma ainda **se orgulhar** deste fato. (ESTADÃO, 1º de setembro, A6).*

*‘Esse é, sobretudo, o caso no mercado informal’, disse Alicia, **se referindo** à economia informal que, segundo algumas estimativas, abarca aproximadamente a metade da economia total da América Latina. (ESTADÃO, 1º de setembro, A12).*

*O Hoy ainda tentou contornar a crise, acabando com sua versão impressa e **se mantendo** apenas na internet, mas o cerco oficial enfim cumpriu sua função e o jornal anunciou seu fechamento completo, após 32 anos de existência. (ESTADÃO, 2 de setembro, A3).*

Por fim, um último caso em que a ênclise é considerada a regra geral, conforme explica Rocha Lima (2011), é nas locuções verbais em que o verbo principal esteja no infinitivo, no gerúndio ou no particípio. Nesses três casos, o pronome oblíquo deve figurar após o verbo auxiliar ou após o verbo principal, sempre ligado por hífen, e a próclise só é aceita **diante do verbo auxiliar**, como nos exemplos abaixo:

*O presidente **lhe quer** falar ainda hoje.*

*As visitas **se foram** retirando.*

*Os alunos **se tinham** levantado.*

(ROCHA LIMA, 2011, p. 547-548, grifos do autor)

Entretanto, nas análises que realizamos das cinco edições da *Folha*, e também do *Estadão*, que tomamos como *corpus* de investigação, não conseguimos identificar **nenhum caso** em que essa regra normativa fosse obedecida, como atestam os seguintes fragmentos, extraídos do jornal *A Folha de S. Paulo*:

Falou-se aqui de temas sobre os quais ela, agora favorita na disputa presidencial, deveria se manifestar. (FOLHA, 1º de setembro, A2)

A continuidade que Lula deu às políticas do FHC foi fundamental para que o país hoje possa se orgulhar dos ganhos na área social e sonhar com um salto de qualidade nas políticas públicas. (FOLHA, 1º de setembro, A2)

É inegável que a comunidade internacional deve se proteger contra um inimigo como o EI, que pretende desencadear uma nova guerra religiosa mundial. (FOLHA, 4 de setembro, A3)

Estamos engajados na crise extramente perigosa que está se desenvolvendo entre a Rússia e a Ucrânia. (FOLHA, 4 de setembro, A3)

O motorista diz que o ministro voltou a ligar no dia 2 de maio, quando teria lhe perguntado se atenderia Bendine e estaria disposto a desistir do depoimento se recebesse um pedido de desculpas. (FOLHA, 5 de setembro, A12)

Lá, o caos e o medo reinavam no Camp Speicher, onde Kadhim, recruta que havia se alistado no Exército apenas dez dias antes da queda de Mossul, estava estacionado. (FOLHA, 5 de setembro, A16)

Em todos esses exemplos, constatamos que os pronomes oblíquos átonos se posicionam **sempre** à frente do verbo principal e **nunca** à frente do verbo auxiliar nas locuções verbais, como descreveu o autor. Esse tipo de construção, conforme explica Rocha Lima (2011, p. 549) algumas páginas adiante, “é sintaxe brasileira que se consagrou na língua literária, a partir [...] do Romantismo”.

No entanto, o que o autor não menciona é que o apogeu do Romantismo data do século XIX, ou seja, há mais de um século essa regra normativa vem caindo em desuso e, atualmente, poucas pessoas ainda empregam a próclise diante do verbo auxiliar, mesmo em textos literários e jornalísticos com elevado grau de monitoramento.

Os próprios manuais de redação vêm abandonando essa norma e reconhecendo o avanço das regras mais inovadoras que já caracterizam o vernáculo geral brasileiro. O manual do *Estadão*, por exemplo, afirma que já “aceita o uso, no noticiário, do pronome oblíquo colocado entre dois verbos, sem necessidade de se ligar por hífen ao primeiro deles” por se tratar de “uma característica do português do Brasil que não é mais possível desprezar” (MARTINS, 1997, p. 70). Já o manual da *Folha* explica que, nas locuções verbais, mesmo

que “a norma culta não preveja a colocação do pronome entre dois verbos, a Folha admite este uso.” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, p. 128).

Para Bagno (2007, p. 94),

Quando comparamos as prescrições da gramática normativa com os usos reais da maioria dos brasileiros (inclusive nas manifestações escritas mais monitoradas), verificamos uma situação espantosa. De um lado, os gramáticos se esforçam em definir uma série de regras e sub-regras para a colocação dos pronomes oblíquos, valendo-se inclusive de noções pouco consistentes como a da suposta ‘atração’ que umas palavras exercem sobre as outras. Do outro lado, os usos reais da língua pelos brasileiros demonstram que só existe uma regra de colocação pronominal entre nós: a da **próclise ao verbo principal**. (grifos do autor)

O autor afirma, ainda, que existe um abismo entre “os usos linguísticos reais e as formas normatizadas, padronizadas, eleitas como modelares” (BAGNO, 2007, p. 94). Por que, então, as gramáticas normativas insistem em descrever e apresentar regras que não existem?

Segundo Bagno (2007), desde a sua constituição, a norma-padrão sempre esteve atrelada à esfera política e, como um instrumento de poder e coerção social, foi utilizada (e é utilizada nos dias de hoje) para separar aqueles que “sabem” daqueles que “não sabem”, os “intelectuais” dos “analfabetos”, os “escolhidos” dos “desafortunados”. O discurso que perpassa a norma-padrão, conforme reforça o autor, é um discurso marcadamente “racista, autoritário, excludente e repressor” (BAGNO, 2007, p. 97).

Nosso dever como cidadãos é denunciar e combater esse discurso, no qual o que prevalece não é a seleção e a exclusão de usos linguísticos, mas a seleção e a exclusão de cidadãos! que fazem uso dessas formas linguísticas e, por isso, acabam condenados ao submundo do “falar errado”, do “não saber português”, do “não ser gente”.

Nosso dever como professores é ainda mais importante. Precisamos propor formas alternativas de ensino nas escolas que privilegiem a norma culta real e possibilitem momentos de reflexão consistentes na sala de aula sobre os usos linguísticos concretos que **os brasileiros** fazem de sua língua. Somente dessa forma poderemos construir uma sociedade mais justa, mais democrática e menos excludente.

5 Antes das análises terminarem: a contração da preposição *de* com sujeito de infinitivo

Outro fenômeno bastante criticado por *algumas* gramáticas normativas e pelos manuais de redação do jornalismo é o da contração da preposição *de* com o sujeito de verbo no infinitivo. Segundo os puristas, é *errado* infringir essa norma, porque na língua portuguesa

não existe sujeito preposicionado. Consultando o *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo* (1997), encontramos o seguinte:

De a, de o, de ele, de aquele. Não se faz a contração da preposição com o artigo quando este é parte do sujeito, nem da preposição com o pronome se ele funciona como sujeito ou o determina. Assim, eis os exemplos corretos: *Apesar de o* (e não *do*) *presidente ter dito a verdade, ninguém acreditou nele* [...] **Observação:** Há gramáticos que aceitam essa contração; o **Estado**, porém, segue a norma da língua. (MARTINS, 1997, p. 85-86, grifos do autor)

No entanto, mesmo com essa perseguição, conseguimos identificar duas ocorrências de contração em ambos os jornais:

*Por enquanto, o novo está simbolizado em Marina, **apesar da** candidata participar da política há décadas.* (FOLHA, 1º de setembro, A2)

***Apesar da medida já estar** norteada pela secretaria, ainda é possível fazer mudanças.* (ESTADÃO, 4 de setembro, A20)

A presença desse fenômeno em cadernos altamente monitorados de jornais como *A Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, apenas revela que esse fenômeno já se impregnou também nessa esfera de monitoramento, já que na linguagem oral dificilmente não ocorre a contração (a não ser em textos escritos oralizados). Se foram apenas duas as ocorrências desse fenômeno, isso apenas revela que ele é, ainda, bastante “policiado” e seu uso na escrita é visto como “erro”.

Segundo Bagno (2011, p. 734),

É muito fácil imaginar por que os falantes da língua não separam a preposição *de* dos artigos (*o, a, os, as*) e dos pronomes (*ele, ela, este, aquele* etc.) em casos de sujeito de infinitivo – simplesmente porque soa estranho, parece errado. Se o tempo todo nós dizemos **do, da, dos, das, dele, dela, deles, delas, desse, dessa** etc., dizer ‘de o’, ‘de a’, ‘de elas’ etc. parece de um extremo artificialismo, um exagero de correção. (grifos do autor)

Dessa forma, compreendemos que o emprego da contração com sujeitos de verbos no infinitivo não afeta a qualidade de uma boa notícia, de um bom editorial, de um bom artigo de opinião – objetivo primordial do manual de redação do *Estadão* –, muito pelo contrário. O uso da contração garante maior leveza ao texto, retira dele o caráter de artificialidade e aproxima a notícia do leitor.

4 Considerações finais

Nosso objetivo, neste artigo, foi demonstrar como a fala influencia a forma das pessoas escreverem sua língua. Por isso, em diversos momentos deste trabalho também “infringimos”, propositalmente, algumas das regras normativas mais tradicionais que regem a escrita acadêmica, como nos títulos das seções anteriores e logo no início deste parágrafo – ao não realizar, novamente, a contração da preposição *de* com o sujeito de verbo no infinitivo.

A nossa escolha pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*, em detrimento dos jornais da nossa região, refletiu um desejo em investigar a escrita mais monitorada do país, mesmo que isso tenha resultado em algumas dificuldades de análise.

Por serem jornais extremamente conservadores, tanto na política quanto na linguagem, vários dos fenômenos que nos propusemos a analisar não foram encontrados. Assim, na leitura que fizemos dos cadernos que tomamos como objeto de análise, não conseguimos encontrar nenhum caso de emprego do pronome *ele* como objeto direto ou de não concordância do verbo com o sujeito posposto, o que não significa que esses fenômenos não ocorram (ou não tenham ocorrido) em outros cadernos do mesmo jornal, por exemplo, como já revelaram diversos pesquisadores em estudos anteriores.¹²

Em nossa pesquisa, buscamos privilegiar os fenômenos da colocação pronominal e da contração da preposição *de* com o sujeito de verbo no infinitivo por serem fenômenos polêmicos, suscitarem bastantes dúvidas na hora de escrever e serem, sem sombra de dúvidas, característicos do vernáculo geral brasileiro e material de perseguição purista.

Nas nossas análises, conseguimos identificar diversos casos em que a norma-padrão prescrita pelas gramáticas normativas tradicionais, e a norma presente nos manuais de redação desses dois jornais (baseada na norma-padrão) diverge dos usos linguísticos reais empiricamente observáveis. Assim, pudemos verificar diversos casos de próclises não normativas e constatar que, de fato, a língua falada influencia a elaboração de textos escritos, inclusive os mais monitorados, mesmo de forma reduzida.

É claro que esta pesquisa não engessa as inúmeras possibilidades de análise que poderíamos ter feito de todo esse material. Analisar quantitativamente o número de ocorrências de próclise e ênclise, verificar em que gêneros a próclise predomina, comparar com outros cadernos, enfim. São ideias para trabalhos futuros.

Acreditamos que este estudo tenha sido relevante por mostrar como a escrita mais monitorada também está passando por um processo de mudança e como muitas regras

¹² Cf. Bagno (2003; 2007; 2011) e Scherre (2005).

normativas tradicionais estão, aos poucos, caindo em desuso, dando lugar para regras mais inovadoras, que já caracterizam o nosso vernáculo.

Outra contribuição deste trabalho aparecerá, futuramente, em nossa prática docente. Por meio deste estudo, constatamos que muita “coisa” que é ensinada “goela abaixo” nas aulas de Língua Portuguesa de nossas escolas não faz sentido. O que não podemos, portanto, é cobrar de nossos alunos esse tipo de regras, mal formuladas e desvinculadas da realidade, em avaliações, muitas vezes, mal elaboradas que induzem o aluno ao erro e acabam criando nele um sentimento de incapacidade e aversão à sua língua.

O ensino de Língua Portuguesa nas escolas precisa ser libertador, como propõe Luft (1985). Devemos, portanto, incentivar a pesquisa e a análise crítica dos fenômenos linguísticos, mostrar para nossos alunos o imenso abismo que existe entre a norma-padrão ideal e a norma culta real, de fato obedecida por aqueles que detêm o poder. Dessa forma, estaremos contribuindo para a construção de uma consciência linguística que permitirá ao nosso alunado se apropriar dos mecanismos linguísticos envolvidos no processo da escrita de forma muito mais eficaz e significativa.

Referências

- A FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. 1º set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A16.
- _____. São Paulo. 2 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A14.
- _____. São Paulo. 3 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A16.
- _____. São Paulo. 4 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A18.
- _____. São Paulo. 5 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A18.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de M. Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASTRO, M. *A imprensa e o caos na ortografia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. 17. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.
- LABOV, W. (1976). *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LUFT, C. P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. Porto Alegre: LPM, 1985.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, E. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo. 1º set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A18.

_____. São Paulo. 2 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A22.

_____. São Paulo. 3 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A30.

_____. São Paulo. 4 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A28.

_____. São Paulo. 5 set. 2014. *Primeiro caderno*. p. A1-A28.

POSSENTI, S. *Mal comportadas línguas*. Curitiba: Criar edições, 2000.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAUSSURE, F. (1916). *Curso de lingüística geral*. Tradução de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

RESUMEN: Este trabajo tiene por objetivo mostrar como el habla influencia la forma que las personas escriben su lengua. Para eso, elegimos, como *corpus* de investigación, el primer cuaderno de los periódicos *O Estado de S. Paulo* y *A Folha de S. Paulo*, correspondientes a los cinco primeros días del mes de septiembre de 2014, para poder verificar qué fenómenos sintácticos del vernáculo general brasileño, presentados por Bagno (2007), aparecen con mayor frecuencia en esos textos. Para hacer las discusiones, utilizamos la gramática normativa de Rocha Lima (2011) y los manuales de redacción de los periódicos que analizamos. En nuestras análisis, constatamos que una de las reglas normativas menos obedecida por esos dos vehículos es la regla de colocación pronominal. Así, conseguimos identificar inúmeros casos de proclisis no normativas que van de encuentro a los preceptos de la norma lingüística y de los manuales de redacción de los respectivos periódicos. Al final de este artículo, esperamos haber conseguido mostrar que la escrita no es homogénea y, así como el habla, también presenta variación, siendo influenciada por esta última.

PALABRAS-CLAVE: Oralidad; Textos periodísticos; Variación lingüística.